

HISTÓRIA E HISTÓRIA AMBIENTAL: AS RUPTURAS E AVANÇOS NAS RELAÇÕES HOMEM-NATUREZA

Valéria Maria Santana Oliveira

Resumo: O objetivo deste trabalho é traçar uma breve contextualização da evolução da consciência ecológica no Mundo e no Brasil, a partir de alguns marcos históricos, trazendo a influência das visões de natureza presentes nas relações entre o homem e o meio natural ao longo da história. Para este fim, trazemos a definição, níveis de abordagem e campos de atuação da História Ambiental como subsídios para uma reflexão acerca da historicidade das relações homem – natureza. Assim, neste quadro de ruptura da solidariedade homem-natureza e de falência ideológica é que se coloca a crise ecológica como um grande desafio para a humanidade. Com o advento da Nova História e sua abertura a novos temas e novas abordagens, uma janela foi aberta para um maior reconhecimento da necessidade de estudar as relações históricas entre as sociedades e seus ambientes.

Palavras-chave: História Ambiental. Visões de natureza. Consciência ecológica. Nova História

HISTORY AND ENVIRONMENTAL HISTORY: RUPTURES AND ADVANCES IN THE RELATIONSHIP BETWEEN MEN AND NATURE.

Abstract: The objective of this paper is to trace a brief contextualization of the evolution of the ecological consciousness in the World and in Brazil. We will use history to point out the influences on the visions concerning men and nature through time. In order to do this, we bring out the definition, levels of approach, and special areas of Environmental History as a support to a reflexion concerning historicity of the relations between men and nature. In this scenario of rupture of solidarity men-nature and ideological failure we put the ecological crisis as a major challenge to mankind. With the arrival of New History and it's openness to new themes and approaches, a window was open to a bigger acknowledgement of the necessity of study the historical relations between societies and their environments.

Key-Words: Environmental History, ecological consciousness, new history.

A EVOLUÇÃO DA CONSCIÊNCIA ECOLÓGICA

As duas grandes guerras causaram grandes mudanças de valores, gerando reações contra a degradação ambiental que podem ser chamadas de “revolução ambiental” (Camargo, 2003, p. 44) dada a sua abrangência. Tal expansão acabou por se constituir num novo movimento social e histórico denominado movimento ecológico.

No Brasil, em 1934, é realizada a 1ª Conferência Brasileira de Proteção à Natureza, no Rio de Janeiro. Organizada pela Sociedade dos Amigos das Árvores, denunciava a devastação das florestas brasileiras e tinha como pauta a defesa dos monumentos naturais, ou

seja, a fauna e a flora. Este evento contribuiu para a elaboração do Código Florestal de 1934 e influenciou na legislação referente ao patrimônio histórico e artístico nacional em 1937. Em 1958 foi criada no Rio de Janeiro a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza, que tinha como objetivo principal a luta pela preservação da fauna e da flora de espécies ameaçadas (Viola, 1991).

Em 1960 ocorre a criação de diversas ONG's, e neste período dois eventos merecem destaque: a criação do Clube de Roma (importante na discussão dos problemas ambientais) e a expansão dos movimentos sociais, notadamente dos estudantes, voltados para assuntos ambientais. Outro momento relevante foi a publicação do livro Primavera Silenciosa (*Silent Spring*) em 1962 nos Estados Unidos, no qual a bióloga Rachel Carson procurou demonstrar os efeitos desastrosos a médio e longo prazo do uso maciço de pesticidas na agricultura após a Segunda Guerra Mundial. Data ainda desta década a criação da WWF (*World Wildlife Fund*) uma organização internacional de luta pela preservação da vida selvagem.

Os anos 1970 foram marcados por três momentos relevantes. O primeiro deles foi a iniciativa do Clube de Roma através do relatório “Os Limites do Crescimento”, que demonstrou as possíveis conseqüências que a exploração do meio ambiente pode trazer, defendendo o crescimento zero que recebeu críticas por limitar as possibilidades de desenvolvimento dos países pobres (Bernardes e Ferreira, 2003). Neste relatório foram apontados cinco fatores determinantes e/ou limitadores do crescimento: população, produção agrícola, recursos naturais, produção industrial e poluição (Theodoro, 2005, p. 33).

O segundo momento foi a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, realizada em Estocolmo (1972). Este evento – resultante de apelos da Suécia por conta do desastre na Baía de Manamata – oficializou uma preocupação internacional sobre os problemas ambientais. Um dos fatos de grande relevância decorrente da Conferência de Estocolmo foi a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Este novo órgão da ONU passou a atuar no sentido de buscar o equilíbrio entre os interesses das nações e a preservação global (Duarte, 2005).

O terceiro acontecimento relevante deste período foi o surgimento da “ecologia profunda”, um misto de escola filosófica e movimento popular global, que introduziu uma nova maneira de perceber o mundo e os problemas ambientais. Corrente próxima do ecoanarquismo, questionava se a sociedade precisa realmente consumir tantos recursos naturais. É nesta corrente que se inspira a ONG *Greenpeace*, maior organização ambiental do mundo, responsável em grande parte pela disseminação e popularização das questões ambientais (Bernardes e Ferreira, 2003).

No final da década de 1970 surgiram grupos dedicados a denunciar casos de degradação urbana. Ganha destaque ainda o movimento ambientalista contra a construção de usinas nucleares e contra o uso indiscriminado de agrotóxicos.

Em 1987 foi publicado o relatório “Nosso Futuro Comum” (*Our Common Future*) elaborado pela Comissão Brundtland, criada pela ONU. Tinha por objetivo propor estratégias para o desenvolvimento sustentável e entre outras considerações afirmou que para a resolução dos problemas de poluição e pobreza dos países do Terceiro Mundo, era necessário promover o crescimento econômico aliado à idéia de preservação (Duarte, 2005).

Em 1989, a Assembléia Geral da ONU confirma a realização de uma conferência sobre meio ambiente e desenvolvimento no Brasil. Esta conferência – conhecida como Rio 92, Eco 92 ou Cúpula da Terra¹ – chamou a atenção do mundo para a necessidade de uma aliança entre os povos para uma sociedade sustentável. Nesta ocasião, entre outros documentos, foi aprovada a “Agenda 21”, um programa de trabalho para o século XXI voltado para o desenvolvimento e o meio ambiente do planeta. A Agenda 21 constitui-se numa espécie de manual para orientar as nações na transição para uma nova concepção de sociedade. As ONG’s reunidas comprometeram-se ainda, com a elaboração das Agendas 21 locais e regionais.

Os anos 1990 foram marcados ainda pelo surgimento da gestão ambiental. Temos então a emergência da adequação do empresariado aos novos padrões de competitividade global, através dos sistemas de certificação ambiental exigidos internacionalmente. Coelho (2001) afirma, ao se referir à gestão dos problemas ambientais urbanos, que é necessário que haja uma divisão de responsabilidades entre Estado e Sociedade nas decisões e execuções das políticas públicas. Segundo Cunha e Coelho (2003), a necessidade de se rever as estratégias de gestão pública é resultado das políticas de controle e mitigação dos problemas ambientais.

Atualmente tem aumentado a tendência de participação dos diversos atores sociais envolvidos com a gestão dos recursos naturais (ONG’s, instituições financeiras internacionais, governos) na formulação e execução de políticas ambientais. As iniciativas recentes caminham rumo à integração entre políticas e gestão ambiental, incluindo a política dos recursos hídricos e gestão de bacias hidrográficas e de reservas extrativistas. Cunha e Coelho (2003) afirmam que é preciso que se supere a forma fragmentada e setorializada de elaboração e execução das políticas ambientais no Brasil.

¹ Vinte anos após a proposta da Suécia de realização da Conferência sobre Meio Ambiente Humano em Estocolmo, a Assembléia Geral das Nações Unidas, em 1988, determinou que uma conferência sobre temas ambientais deveria se realizar até 1992, no Brasil, coincidindo com o dia do Meio Ambiente, 5 de junho, e teria duas semanas de duração. (Cf. BRASIL, 1991, p. 183)

Jacobi (2003) aponta três fatores que contribuíram para que o tema do desenvolvimento econômico fosse incorporado ao discurso ambiental: o agravamento da crise econômica; a aproximação do movimento ambientalista com outros movimentos sociais; e o relatório “Nosso Futuro Comum”. É nesse contexto que diversos países do mundo vão se voltar para a elaboração da “Carta da Terra”, com o objetivo de promover um diálogo mundial em torno da promoção de uma aliança global em respeito à Terra e à vida. Com o lançamento oficial da Carta da Terra em junho de 2000, buscou-se estabelecer uma base ética sólida para a sociedade global emergente e ajudar na construção de um mundo sustentável baseado no respeito à natureza, aos direitos humanos universais, à justiça econômica e a uma cultura de paz.

Percebemos, portanto, a partir deste breve histórico da evolução da consciência ecológica, que a percepção das pessoas com relação à necessidade de preservação da natureza evoluiu gradativamente nas últimas décadas. Entretanto, se faz necessário considerar que dentre os diversos movimentos ambientalistas existem concepções distintas de natureza.

Porto-Gonçalves (1989) chama a atenção para o fato de que, no Ocidente, predominam duas vertentes. À primeira delas pertencem aqueles que vêem a natureza como um ambiente de luta, de hostilidade, selvagem. Já a segunda concebe uma visão romântica, entendendo a natureza como bondosa e harmônica, sendo o homem aquele que quebra o equilíbrio. A crítica que se faz a essas duas visões sobre a natureza é que em ambas o homem está fora dela. Esta ambigüidade, segundo o autor, se reproduz também entre os próprios ecologistas.

VISÕES DE NATUREZA

A crítica acima é ratificada por Melo e Souza (2004) ao analisar as contradições existentes nas diversas visões de natureza. Assim, a influência da ruptura entre sociedade e natureza vai se fazer presente, portanto, no discurso da elaboração das práticas do ambientalismo brasileiro.

As atuais concepções acerca da relação homem-natureza têm raízes bastante antigas. No século XVII, com o cartesianismo, postulava-se que, ao se conhecer a força e a ação dos elementos que nos cercam, “poderíamos empregá-los da mesma maneira em todos os usos para os quais são próprios, e assim tornar-nos como que senhores e possuidores da natureza” (Descartes, 2005, p. 60). Porém, esta visão de mundo como natureza exterior ao homem é bastante anterior a Descartes.

Este tipo de visão ocorre tanto nas concepções teocêntricas quanto nas antropocêntricas. É nas sociedades fundadas com a Revolução Industrial, porém, que o antagonismo homem-natureza se aprofunda e se define. Mas houve intervalos e exceções. A concepção pré-socrática, por exemplo, entendia que os deuses estavam presentes em todas as coisas. Para a mitologia grega, os deuses e os homens, como se sabe, tinham a mesma origem. O que os diferenciava não era a origem, mas sim o destino: os deuses eram imortais. Entretanto, estes foram formados à imagem e à semelhança dos homens, com sentimentos e paixões, qualidades e defeitos humanos. Não consistiam em entidades sobrenaturais, pois eram compreendidos como parte integrante da natureza.

Assim, não existia, como na tradição judaico-cristã, um Deus não-criado que concebeu o Universo e todas as coisas. Os deuses e os homens coexistiam na natureza e isso leva, evidentemente, a uma relação especial entre o homem e a natureza. Na própria terminologia da língua grega, a palavra *physis* significa a natureza e o homem com suas ações e pensamentos. Havia, portanto, uma palavra que englobava o significado natureza-homem enquanto que, nas línguas modernas, homem e natureza são dois termos distintos. Pensando a *Physis*, o filósofo pré-socrático pensa o ser e a totalidade do real. Esta concepção levava a uma relação mais próxima com a natureza, pois o homem não estava dissociado dela.

Apesar da concepção grega baseada numa relação onde havia maior integração entre o homem e a natureza, prevaleceu na tradição ocidental uma concepção de natureza submetida ao homem para que este a domine. Foi, sobretudo com a influência judaico-cristã, que a oposição homem-natureza, espírito-matéria, adquiriu maior expressão. Esta concepção encontrou sua formulação máxima e melhor justificação no filósofo René Descartes. A concepção cartesiana colocava o homem como sujeito e a natureza como objeto.

A marca de uma instrumentalização da natureza, pela utilização da racionalidade técnica, está profundamente inscrita na ciência decorrente desta trama histórica. Ela traz em seu bojo a idéia burguesa de progresso e de desenvolvimento. A ciência moderna realizou uma ruptura na relação homem-natureza, “desantropomorfizando” a natureza e, concomitantemente, “desnaturalizando” o homem. A partir de um movimento unívoco, a ciência construiu um gigantesco aparato intelectual, resultando num controle e numa instrumentalização da natureza objetivando auferir benefícios prioritariamente para o próprio homem em detrimento da natureza.

A burguesia utiliza de sua soberania sobre a natureza – monitorada pela ciência – explorando-a intensivamente, desenvolvendo as forças produtivas como jamais ocorreu na História. A espoliação da natureza e dos expropriados dos meios de produção surge no

sistema capitalista como “natural”, isto é, legitimada por um entendimento que denota uma atividade inquestionável (Porto-Gonçalves, 1989). O antropocentrismo, o sentido programático-utilitarista do pensamento cartesiano e a oposição do homem em relação à natureza vão marcar a modernidade. A natureza, já não mais povoada por deuses, pode ser dessacralizada, pode ser tornada objeto, ser dividida e, tornada natureza-morta, esquarterada (Porto-Gonçalves, 1989).

Toda sociedade, toda cultura cria, inventa, institui uma determinada idéia do que seja natureza. Nesse sentido, o conceito de natureza não é natural, sendo na verdade criado e instituído pelos homens (Porto-Gonçalves, 1989). A natureza se define em nossa sociedade por aquilo que se opõe à cultura. A cultura é tomada como algo superior que conseguiu controlar e dominar a natureza. Com a agricultura, o homem domesticou a natureza e se tornou sedentário, considerando primitivos os nômades. Dominar a natureza significou dominar a inconstância, o instinto, as pulsações e as paixões. O Estado, a lei e a ordem tornaram-se necessários para evitar o primado da natureza, onde reina o caos e a lei da selva. Tal conceito de natureza justificou a existência do Estado e considerou primitivos os povos que não o assumiram.

Segundo Soffiati (1987), Descartes, ao opor sociedade e natureza dando autonomia e controle à primeira, criou as raízes da crise ecológica atual. Dotou o homem de poderes ilimitados sobre o universo. A expressão “dominar a natureza” só tem sentido a partir da premissa de que o homem é não-natureza. Mas se o homem é também natureza, falar em dominar a natureza é falar em dominar o homem também.

O capitalismo levou essa tendência às últimas conseqüências. O Iluminismo, no século XVIII, e a Revolução Industrial são expressão e base dessas idéias. A ciência e a técnica adquiriram, no século XIX, um significado central na vida dos homens. O desenvolvimento das técnicas passou a ser entendido como avanço no domínio do homem sobre a natureza. Tal entendimento desprezou o fato de que a sociedade que manipulava a tecnologia também fragilizava e desequilibrava sua relação com o meio ambiente (Soffiati, 1987).

A idéia de uma natureza objetiva e exterior ao homem, o que pressupõe uma noção de homem não-natural e fora da natureza, cristalizou-se com a Revolução Industrial e tornou-se dominante no pensamento ocidental. No Ocidente, ou vemos a natureza como algo hostil, lugar de luta de todos contra todos, da chamada lei da selva, ou vemos a natureza como harmônica e bondosa (Porto-Gonçalves, 1989). No primeiro caso, justifica-se o Estado para impor a lei e a ordem e impedir o caos e a volta ao “Estado da Natureza”, à animalidade. No

segundo caso, critica-se o homem que destrói a natureza, mantendo-se a dicotomia homem-natureza. A primeira vertente constitui o antropocentrismo, a segunda, o naturalismo. Em ambos, homem e natureza caem um fora do outro (Melo e Souza, 2004).

Assim, neste quadro de ruptura da solidariedade homem-natureza e de falência ideológica é que se coloca a crise ecológica como um grande desafio para a humanidade. A teoria da relatividade e a física quântica no século XX mostraram que a ciência não produz mais certezas, mas apenas probabilidades. Conseqüentemente, o Ocidente tornou-se mais sensível às concepções holísticas que prevalecem nas filosofias orientais. Abriu-se espaço às concepções que repensam o homem e a natureza como partes de um todo composto de forças que interagem em constante movimento e transformação. É preciso repensar a relação homem-natureza em profunda integração para que o atual conceito de natureza separada do homem possa perder o seu sentido (Soffiati, 1987).

No capítulo “Transição do paradigma científico: ciência pós-moderna e dialética da natureza”, Luís Henrique Camargo (2005) expõe a interconectividade do meio natural e social. Em outras palavras, o autor defende que o homem seja um elemento da totalidade, uma parte da natureza. Segundo o autor, foi exatamente o distanciamento do homem com o espaço natural que forjou a idéia da natureza como um grande e eterno supermercado, do qual ele pode dispor do que lhe for conveniente.

Através desta análise podemos compreender melhor o distanciamento entre homem-natureza, o que traz como uma de suas possíveis conseqüências o fato de que muitos dos movimentos de caráter ambientalista só se efetivam diante de problemas que necessitam de soluções imediatas. Estas mobilizações somente vêm à tona em “situações urgentes, concretas e específicas” (Camargo, 2003, p. 62). Não há, normalmente, um contínuo engajamento em tais questões.

A HISTÓRIA AMBIENTAL

A análise destas questões nos remete a uma reflexão acerca da historicidade das relações homem – natureza, que possa fornecer subsídios para uma postura crítica frente às questões ambientais. Como afirma Duarte (2005, p. 32), conhecer a História nos dá condições de assumir posturas amadurecidas, “numa visão para além de ‘isso é certo, isso é errado’ ou ‘esses são os bonzinhos e aqueles são os malvados’”. A História Ambiental pode e deve desempenhar um papel fundamental na decifração do mundo, pois, ao revisitar o passado, ela é capaz de contribuir para a construção de uma visão mais crítica do presente (Martinez, 2006).

É neste sentido que a contribuição da História para a ciência é fundamental, especialmente a partir do nascimento da História Nova, cujo objetivo foi livrar a história das barreiras disciplinares, de erros, preconceitos e rotinas. A história positivista do século XIX foi substituída por uma ampliação do campo do documento histórico, até então restrito aos documentos escritos, passando a se basear em muitos outros tipos de registros: textos, figuras, restos fósseis, oralidade, fotos, filmes, entre outros.

A História Nova busca afirmar duas direções inovadoras, presentes no próprio título dado à revista, cuja fundação em 1929, foi o marco da história nova: “Anais de história econômica e social”: “social” por ter um caráter que engloba toda a história, e “econômica” por ser um campo de importância cada vez maior nas sociedades. Esta revista consolidou-se como o grande marco deste movimento revolucionário da historiografia denominado de Escola dos Annales, fundada por Marc Bloch e Lucien Febvre, sucedidos ao longo dos anos por Fernand Braudel, Jacques Le Goff e George Duby, entre outros.

Porém, além da Escola dos Annales, outros grandes nomes se destacaram como pais da história nova, como Voltaire que já no ano de 1744 falava da necessidade de se fazer a história, não só de reis e de guerras, mas também, a história de todos os homens, história total (Le Goff, 1991).

Com o advento da Nova História e sua abertura a novos temas e novas abordagens, uma janela foi aberta para um maior reconhecimento da necessidade de estudar as relações históricas entre as sociedades e seus ambientes. Um exemplo desta nova perspectiva da História é a obra de Keith Thomas, “O Homem e o Mundo Natural”, considerada um clássico da História Ambiental, na qual é analisada a relação homem-natureza nos trezentos anos iniciais da Idade Moderna. Thomas explica a relevância desta temática:

Com efeito, foi entre 1500 e 1800 que ocorreu uma série de transformações na maneira pela qual homens e mulheres, de todos os níveis sociais, percebiam e classificavam o mundo natural ao seu redor. Alguns dogmas desde muito estabelecidos sobre o lugar do homem na natureza foram descartados nesse processo. Surgiram novas sensibilidades em relação aos animais, às plantas e à paisagem. O relacionamento do homem com outras espécies foi redefinido; e o seu direito a explorar essas espécies em benefício próprio se viu fortemente contestado. (Thomas, 1988, p. 18)

A partir da segunda metade do século XX tornou-se impossível não relacionar a sociedade humana ao mundo natural; porém, há ainda entre os próprios historiadores grande resistência neste sentido. Tal postura se deve ao fato de durante muito tempo a história ter

tomado por relevantes apenas os documentos – notadamente os escritos – que tratavam dos grandes acontecimentos e dos feitos de personalidades importantes (Le Goff, 1991).

A história ambiental surgiu na década de 70, em meio às transformações que se davam na relação homem \times natureza no contexto da intensificação das discussões a respeito da consciência ambiental e da necessidade de preservação do meio ambiente. Segundo Worster (1991), é um esforço revisionista com o objetivo de fazer a disciplina de história mais inclusiva do que vem sendo comumente.

Portanto a história ambiental – ou eco-história – possui uma abordagem focada no entendimento de que o homem produz a sua história, sendo necessário, porém, “colocar o homem na natureza” (Drummond, 1991, p. 4).

Portanto, o principal objetivo da história ambiental é:

(...) aprofundar o nosso entendimento de como os seres humanos foram, através dos tempos, afetados pelo seu ambiente natural e, inversamente, como eles afetaram esse ambiente e com que resultados (Worster, 1991, p. 2).

Em outras palavras, coloca a natureza como agente transformador da história, destacando o papel do meio ambiente na formação das sociedades. Portanto, a história ambiental tem como objetivo específico o exame da influência mútua entre as sociedades e seus recursos naturais. Donald Worster (1991, p. 5) aponta três níveis de abordagens da história ambiental, são eles: o entendimento de como a natureza se organizou e funcionou no passado; o domínio sócio-econômico interagindo com o ambiente através do trabalho, ferramentas e relações sociais, pelas diversas formas em que povos produziram bens a partir de seus recursos naturais; as percepções, valores étnicos, leis, mitos e outras estruturas de significação, que em nível intelectual tornam-se parte do diálogo de um indivíduo ou grupo com a natureza.

Lucien Febvre, em 1949, afirmou que quando não há documentos escritos, a história deve ser feita a partir de todo e qualquer vestígio da presença humana, pois estes expressarão o próprio homem. Isto denota o caráter interdisciplinar desta “nova história”, se encaixando perfeitamente na proposta da história ambiental que é buscar subsídios de várias outras disciplinas na busca da “influência mútua entre sociedade e natureza” (Drummond, 1991, p. 8). Martinez (2006) reforça este aspecto afirmando que:

A história possui uma vasta experiência de diálogo e de trabalho interdisciplinar que facilita suas aproximações no estudo das relações do ser humano com a natureza no passado. (Martinez, 2006, p. 21).

O historiador ambiental tem como missão estudar o homem juntamente com o ecossistema que o comporta, sem dissociá-lo do meio em que está inserido. Isso se dá numa busca de entender esse mesmo meio e suas transformações, suas mudanças, sejam elas causadas ou sofridas pelos seres humanos.

Diante de um mundo repleto de problemas ambientais a serem resolvidos, se faz necessário e urgente que a história ambiental assuma seu lugar ao lado das demais abordagens da chamada Nova História. É preciso que ela adquira sua legitimidade junto a historiadores e demais cientistas das diversas áreas do conhecimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BERNARDES, Júlia Adão; FERREIRA, Francisco P. de Miranda. Sociedade e Natureza. In: CUNHA, S. B. e GUERRA, A. J. T. (orgs.). **A Questão Ambiental: Diferentes Abordagens**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2003.
- CAMARGO, Ana Luiza de Brasil. **Desenvolvimento Sustentável: Dimensões e Desafios**. Campinas, SP: Papyrus, 2003.
- CAMARGO, L. H. R. Transição do paradigma científico: ciência pós-moderna e dialética da natureza. In: _____. **A Ruptura do Meio Ambiente**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2005, p. 51-78.
- COELHO, Maria Célia Nunes. Impactos Ambientais em áreas urbanas – teorias, conceitos e métodos de pesquisa. In: GUERRA, Antonio J. T.; CUNHA, Sandra B. da (orgs.). **Impactos Ambientais Urbanos no Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p. 19-46.
- CUNHA, L. H. e COELHO, M. C. N. Política e Gestão Ambiental. In: CUNHA, S. B. e GUERRA, A. J. T. (orgs.) **A Questão Ambiental: Diferentes Abordagens**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2003.
- DESCARTES, René. **Discurso do Método**. São Paulo: Martin Claret, 2005. col. “A Obra Prima de cada autor”.
- DRUMMOND, José Augusto. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 177-197, 1991.
- DUARTE, Regina Horta. **História e Natureza**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- JACOBI, Pedro. Movimento Ambientalista no Brasil: Representação Social e Complexidade da Articulação de Práticas Coletivas. In: RIBEIRO, Wagner Costa. **Patrimônio Ambiental Brasileiro**. São Paulo. Edusp: Imprensa Oficial, 2003. p. 519-543.
- LE GOFF, Jacques. A história como ciência: o ofício do historiador. In: _____. **História e Memória**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1991, p. 105-127.
- MARTINEZ, Paulo Henrique. **História Ambiental no Brasil: pesquisa e ensino**. São Paulo: Cortez, 2006.
- MELO E SOUZA, Rosemeire. Representações Discursivas e Visões de Natureza no Pensamento Ambientalista Brasileiro. **Revista Tomo**, São Cristóvão, n. 5, 2004, p. 99-120.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 1989.
- SOFFIATI, Arthur. As raízes da crise ecológica atual. In: **Ciência e Cultura**, v 39, n. 10, p. 951 – 954, out. 1987.
- THOMAS, Keith. **O Homem e o Mundo Natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- VIOLA, Eduardo. O movimento ambientalista no Brasil (1971 – 1991): da denúncia e conscientização pública para a institucionalização e o desenvolvimento sustentável. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 15., 1991, Caxambu, **Resumos**, Minas Gerais, 1991. Disponível em: <http://www.mov.%20ambientalistas1.htm>. Acesso em: 22 mar. 2004.
- WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991.